



Escravos na Vila de São Francisco do Sul (Santa Catarina, Brasil) no período oitocentista: funções desempenhadas, constituição de famílias e habitações construídas.

Fernanda Mara Borba*

Dione da Rocha Bandeira**

Resumo: Este artigo apresenta parte de um estudo histórico e arqueológico sobre escravidão no período oitocentista em São Francisco do Sul (Santa Catarina, Brasil), reunindo informações sobre as funções, as famílias e os espaços de cativos presentes em fazendas agrícolas. Tais questões foram abordadas com base na análise de antigas propriedades, coleções arqueológicas, documentos oficiais, jornais, mapas e fotografias e depoimentos orais. A pesquisa ampliou os estudos ao reunir diferentes fontes de análise e apontou que, habitações simples e uma cultura material marcada por traços peculiares fizeram parte da Vila de São Francisco do Sul, mostrando que a população negra e escrava, ademais de ter acompanhado o processo de ocupação do território, construiu e reelaborou de forma sutil seus elementos culturais naquela localidade. A pesquisa envolvida foi financiada pela Capes e integrou o Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural da Universidade da Região de Joinville (Univille).

Palavras-chave: História. Arqueologia. Escravidão.

Abstract: This paper presents an initial historical and archaeological study about 19th century slavery in São Francisco do Sul (Santa Catarina, Brazil), bringing together information about the spaces where slaves lived and their functions on farms. These issues were addressed in the analysis of old properties, archaeological collections, official documents, newspapers, maps and photographs and oral testimony. The conducted research increased the understanding of the problem by bringing together different sources of analysis. It indicated that simple housing and a peculiar material culture were part of São

* Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville. Professora e pesquisadora da Universidade da Região de Joinville (Univille).

** Mestre em Antropologia e Doutora em História. Arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) e professora da Universidade da Região de Joinville (Univille).



Francisco do Sul town, showing that the slaves, besides have been part of the land occupation process, built and developed subtle their cultural elements In that place. The research was funded by CAPES as part of the Interdisciplinary Studies of Cultural Heritage Research Group at Universidade da Região de Joinville (Univille).

Keywords: History. Archaeology. Slavery.

Introdução

Este artigo apresenta parte de um estudo histórico e arqueológico sobre a escravidão no período oitocentista em São Francisco do Sul (Santa Catarina, Brasil), reunindo informações sobre as funções, as famílias e os espaços de cativos presentes em fazendas agrícolas. Tais questões foram abordadas com base na análise de antigas propriedades, coleções arqueológicas, documentos oficiais, jornais, mapas e fotografias e depoimentos orais, em grande parte com uma baliza temporal situada entre a segunda metade e fins do século XIX. A confluência de diferentes fontes ampliou os estudos e preencheu lacunas relacionadas aos locais de trabalho e funções, às moradias e aos objetos cotidianos dos escravos da vila, elaborando algumas interpretações a respeito dos espaços e vestígios associados à escravidão.

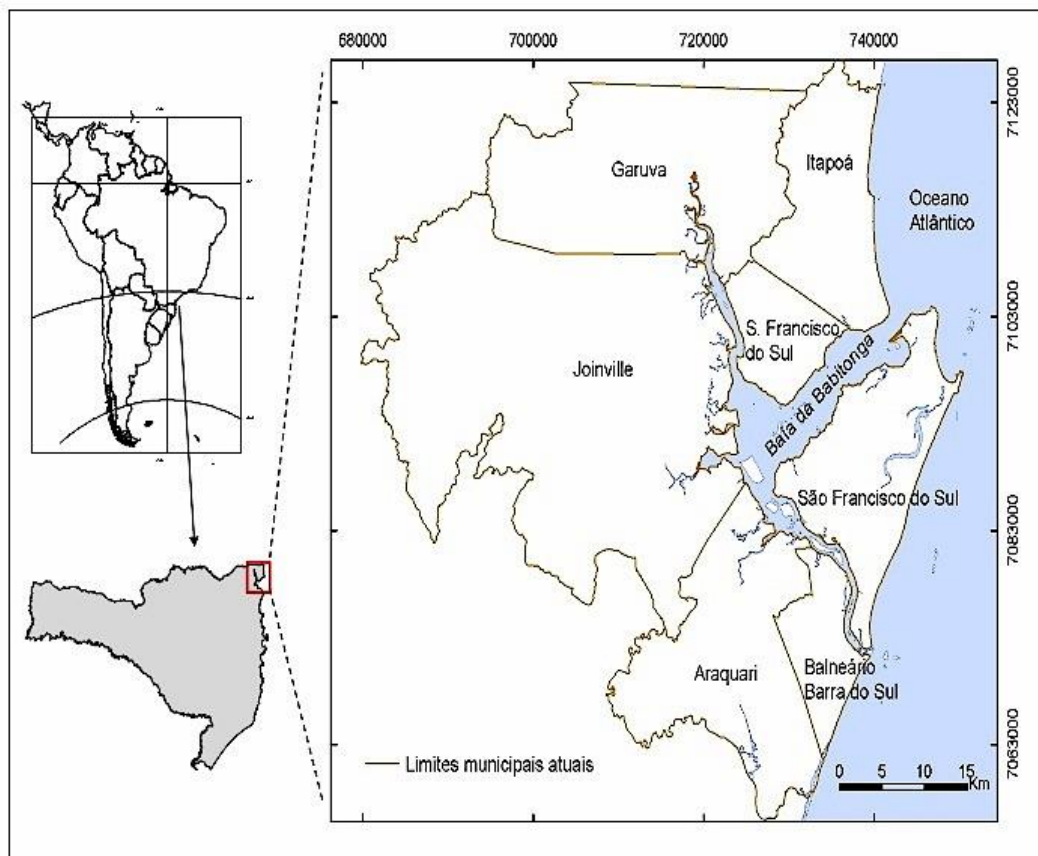
Constituindo-se como o município mais antigo do estado catarinense, São Francisco do Sul, juntamente com os municípios de Balneário Barra do Sul, Araquari, Joinville, Garuva e Itapoá, está situado na Baía Babitonga, o mais importante complexo estuarino do norte de Santa Catarina (Brasil), onde existem ainda outras 25 ilhas (figura 1). A cidade, que atualmente abrange a maior ilha dessa baía (sede do município) e uma porção continental, especialmente durante o século XIX, ascendeu no cenário econômico nacional com a produção e a exportação de farinha de mandioca. Apesar da vila contar com um contingente escravo a começar do período seiscentista, foi no momento em que passou a responder à demanda crescente das áreas agroexportadoras do Sudeste, ou seja, no século XIX, que essa população foi mais significativa.

No período oitocentista, esse processo se deu em decorrência das grandes transformações econômicas vivenciadas pelos espaços agroexportadores e o maior crescimento para as receitas da exportação apresentado pelo consumo interno, apontando para as possibilidades de acumulação dos produtores e comerciantes ligados ao mercado interno. Ao passo que a Região Sudeste dedicava parte da sua produção para a exportação e sofria



com o aumento populacional, outras regiões integravam-se ao mercado. Como resultado, houve o surgimento de uma elite mercantil senhorial exportadora e a ascensão de potentados locais, que no mercado de abastecimento encontraram a chance de ficar com uma fatia considerável dos dividendos, fortalecendo o mercado interno e permitindo processos de acumulação (FRAGOSO, 1990).

Figura 1. Localização da Baía Babitonga



Fonte: Projeto Atlas Histórico da Região da Baía da Babiçonga (UNIVILLE, 2007).

Aprovíncia catarinense, sobretudo em sua faixa litorânea, ganhou destaque com a produção e a exportação da farinha de mandioca, produto que apresentou facilidades no seu plantio (terra mais arenosa, pouco cuidado e o fácil trato) e uma flexibilidade de acordo com as necessidades momentâneas do agricultor (LEANDRO, 2007; MATTOS, 1987).A intensa



produção e o comércio da farinha de mandioca alcançou outras áreas e resultou numa elevada importância do porto da vila, e também de todo o estado, no que diz respeito à sua economia, abrangendo a comercialização do alimento até mesmo entre as províncias. Usando mão de obra livre e escrava, essa atividade produtiva – com o apelo mercantil que possuía – foi capaz de produzir acumulação endógena, de modo a garantir no interior da vila acesso a recursos econômicos que fortaleciam os indivíduos inseridos na dinâmica produtiva e mercantil. Nesse sentido, Penna (2005) recorda que, diferentemente do que se imaginava, a posse de escravos ao longo do período oitocentista desenvolveu-se para além das áreas agroexportadoras em diversas regiões do país, que se envolveram em sua maioria com a produção de gêneros alimentícios. Essa propriedade no país estava dispersa geograficamente e concentrava-se na mão de pequenos produtores rurais, e não somente nos centros agroexportadores, como a historiografia pontuava. Esse contexto passou a ser modificado com a definitiva abolição do tráfico negreiro, no começo da década de 1850, intensificando o tráfico interprovincial e desencadeando certa concentração regional de escravos nas áreas produtoras de café.

Os cativos e suas funções na vila

Ainda que a escravidão em Santa Catarina tenha recebido atenção especial nos últimos 20 anos com pesquisas preocupadas em rever a literatura anterior, um “sentido de colonização”, discutido por Cabral (1968), Piazza (1975; 1999) e Cardoso e Ianni (1960) e usado para descrever a economia catarinense nos séculos XVIII e XIX como subsidiária ou periférica, também justificou por muito tempo a inexpressividade do sistema escravista quando comparado àquele das regiões agroexportadoras. De acordo com essa linha de pensamento, o território catarinense não foi explorado para a produção de exportação, e abrigou escravos predominantemente domésticos e urbanos que serviram como apoio à produção de alimentos para o abastecimento. Embora o litoral de Santa Catarina não tenha contemplado latifúndios nem grandes escravarias, Mamigonian (2006, p. 5) aponta para a relevância das atividades econômicas que “sustentavam sobre a escravização algo entre um quarto e um terço da população na primeira metade do século XIX”. Outro dado questionado é a afirmação generalizante da escravidão tal qual doméstica e urbana, determinada pelas ocupações escravas presentes no censo de 1872. Portanto, as informações dos autores mencionados acima se baseiam apenas nos últimos anos da escravidão para descrever todo o contexto do século XIX.



A tabela 1 contém o quadro geral da população escrava de Santa Catarina, especialmente no que diz respeito a Desterro, Lages, Laguna e São José (paróquias mais antigas), reproduzida pelo censo de 1872. A última coluna (província) contempla os dados referentes a todas as paróquias catarinenses com o objetivo de obter o panorama geral, especialmente no que concerne às profissões domésticas e agrícolas. Os dados referentes às paróquias de São Francisco estão em uma tabela individual (tabela 2).

Tabela 1. Quadro geral da população escrava de Santa Catarina quanto às profissões

Profissões	Desterro	Lages	Laguna	São José	Província
Liberal	21	–	2	30	51
Marítimo	34	–	87	1	179
Pescador	24	–	30	–	51
Industrial e comercial	–	–	–	–	–
Costureira	21	30	30	12	265
Manual e mecânica	126	9	47	56	409
Agrícola	–	288	326	253	6.831
Assalariado	99	16	25	7	233
Doméstico	554	199	328	362	3.344
Sem profissão	242	262	175	283	4.261

Fonte: Recenseamento geral do império de 1872 (BRASIL, 1872).

Algumas profissões, todavia, agregaram categorias menores. Os liberais englobavam os religiosos, juristas, médicos, farmacêuticos, parteiros, professores e homens das letras, funcionários públicos e artistas. Os cativos contemplados pela profissão liberal eram, nas paróquias listadas, todos artistas. Os industriais e comerciais contemplavam os manufatureiros e fabricantes, comerciantes, guarda-livros e caixeiros. As profissões manuais e mecânicas dividiam-se em operários em metais, madeira, tecido, edificações, couro e peles, tinturaria, vestuário, chapéus e calçados, bem como canteiros (encarregado de talhar blocos de rocha bruta em formatos geométricos, de modo a permitir a utilização das pedras resultantes na construção de estruturas), calafates (indivíduo responsável por vedar fendas ou buracos da embarcação), mineiros e cavouqueiros (aquele que escava pedreiras e minas para retirar pedras). Os assalariados eram criados e jornaleiros. Por último, os agrícolas consistiam em



lavradores e criadores.

Ao se tratar de dados da capital da Província de Santa Catarina, os números dos últimos anos da escravidão em Desterro e São Francisco do Sul foram usados para configurar todo o século XIX e o litoral catarinense. Ao considerar os períodos anteriores, Mamigonian (2006) afirma que o núcleo urbano da capital era pequeno, servindo como centro administrativo, base militar e porto para escoamento das produções de farinha de mandioca, aguardente e outros produtos da província, não podendo, portanto, abrigar tantos cativos em funções urbanas. Com relação a São Francisco do Sul, por sua vez, a historiografia local também relacionou o uso de cativos em espaços urbanos e domésticos decorrente da economia de abastecimento interno. Portanto, as informações presentes no censo mencionado e em outros documentos parecem passar despercebidas (tabela 2):

Tabela 2. Quadro geral da população escrava em São Francisco quanto às profissões

Profissões	São Francisco
Liberal	–
Marítimo	11
Pescador	–
Industrial e comercial	–
Costureira	4
Manual e mecânica	27
Agrícola	586
Assalariado	9
Doméstico	84
Sem profissão	156

Fonte: Recenseamento geral do império de 1872 (BRASIL, 1872).

Reforçando ainda mais essa ideia, têm-se os números reunidos pelo Livro de Fundo de Emancipação de Escravos, criado com o objetivo de classificar os cativos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1873 (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1873-1886). O



fundo reunia a matrícula dos cativos, determinada pela Lei do Ventre Livre, de 1871, e tinha como intenção legalizar a propriedade dos africanos trazidos por contrabando, que, pela Lei de 7 de novembro de 1831, deveriam ser considerados livres. Esse documento classificou, em São Francisco do Sul, 1.779 escravos, e, destes, 91% estavam empregados na lavoura (plântio de mandioca, engenhos, minifúndios de coivara). O restante foi disposto em categorias como cozinheira (120), carpinteiro (nove), alfaiate (11), pedreiro (18), sapateiro (?), costureira (nove), calafate (três), serviços domésticos (12), falquejador (ou falqueador; indivíduo encarregado de desbastar com faca) (um), marinheiro (quatro), pescador (um), jornaleiro (25), servente (quatro) e lavadeira (27) – muitos nomes foram repetidos. O fundo igualmente recolheu dados como o nome do escravo, a cor, a idade, o estado civil, a aptidão para o trabalho, a quantidade de pessoas da família, a moralidade, o valor, o nome do senhor e as observações (NASCIMENTO, 1979, p. 13).

Semelhantemente aos dados levantados a respeito de Desterro por Mamigonian (2006), o núcleo urbano de São Francisco era muito pequeno, e a vila contava com propriedades rurais sobretudo nos lugares como Laranjeiras, Monte de Trigo, Porto do Rei, Figueira e Miranda – na ilha – e Glória, Estaleiro, Frias, Barrancos e Cubatão na parte continental (THIAGO, 1938). O centro, naquele momento, configurava-se pela presença de edificações e habitantes ligados aos serviços administrativos e religiosos, ao passo que os demais moradores estavam alocados em suas propriedades rurais como sítios de moradia, onde havia as residências, os engenhos e as roças, no interior da ilha ou ainda no continente.

Outro dado a ser discutido é o propósito do uso de cativos em atividades de abastecimento do mercado interno. Barickman (2003) e Schwartz (2001) indicaram em seus estudos a interdependência entre o setor agroexportador e o de abastecimento. Trata-se do caso do Recôncavo Baiano entre 1780 e 1860, com a produção de tabaco e mandioca, que foi complementar a de açúcar, com estruturas de propriedade fundiária e posse escrava distintas. De acordo com Barickman (2003), os produtores de farinha de mandioca do litoral baiano dificilmente devem ser vistos como agricultores escravistas, mas também não podem ser qualificados tais quais trabalhadores de uma lavoura camponesa. Todo e qualquer indivíduo poderia cultivar mandioca e, em geral, contaria com um número reduzido de escravos e uma propriedade pequena. Portanto, a utilização de poucos escravos não significa que os plantadores de mandioca não estivessem integrados à dinâmica econômica que ligava essa região a outras (BARICKMAN, 2003; SCHWARTZ, 2001).



A quantidade de cativos durante o século XIX na província de Santa Catarina são apresentados por Piazza (1999), que analisou os relatórios de autoridades do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc). Os dados contemplam os anos de 1810 a 1887, conforme tabela 3:

Tabela 3. Contexto da escravidão no território catarinense no século XIX

Municípios	Anos							
	1810	1840	1856	1872	1883	1884	1886	1887
Desterro	2.313	4.122	3.778	3.359	2.543	1.319	765	680
Laguna	1.337	1.956	3.684	2.737	2.390	2.875	1.830	1.694
São Francisco	623	1.402	2.736	1.583	1.205	779	527	385
Lages	–	1.000	1.195	2.012	1.522	1.233	1.076	1.064
São José	953	1.300	2.831	2.492	1.953	1.685	1.529	1.364
São Miguel	927	2.480	1.506	1.025	675	438	327	290
Porto Belo	–	–	2.257	–	–	–	–	–
Itajaí	–	–	–	830	692	608	524	456
Tijucas	–	–	–	1.114	950	909	669	508
Joinville	–	–	–	96	89	115	–	102

Fonte: PIAZZA (1999, p. 16).

Os dados apresentados na tabela 3 sobre São Francisco demonstram que, entre 1810 e 1856, houve um rápido e expressivo aumento populacional de 340%. Apesar de contar com um contingente pequeno, a taxa de crescimento é bastante significativa e, muito provavelmente, se explica em decorrência da expansão do mercado da farinha. Este, na virada do século XVIII para o XIX, mostrou a voracidade dos envolvidos no chamado renascimento agrícola (PRADO JUNIOR, 2006). Por mais que os números absolutos de escravos de Santa Catarina sejam singelos se comparados com os do Sudeste, a busca de inserção em um modelo de produção escravista aponta a disposição das elites locais em atender à demanda e acumular capitais econômicos, sociais e políticos (CUNHA, 2011).

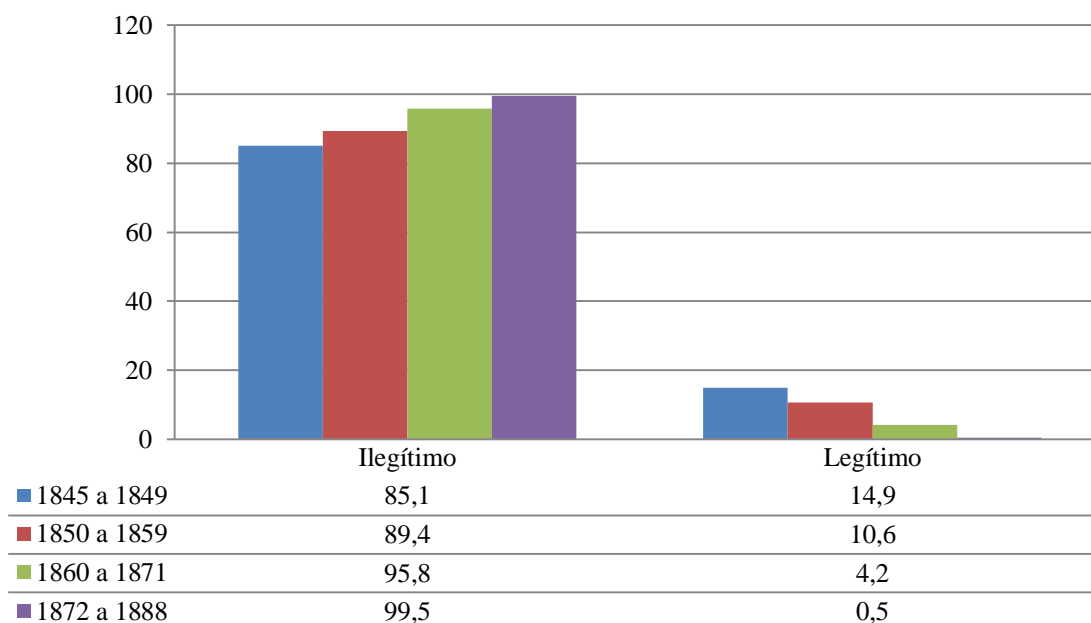


A constituição de arranjos familiares e as relações de compadrio entre cativos

Os cativos franciscanos possuíam uma gama variada de organizações familiares que poderiam ser, com base na análise dos registros batismais e inventários, legítimas, quando abençoadas pela Igreja (marido e mulher com ou sem filhos), ou formadas mediante uniões ilegítimas (SILVA, 2004). Centradas no pai ou na mãe ou ainda podendo ser compostas somente por irmãos, as famílias cativas na vila apresentaram um número significativo de formações matrifocais, ou seja, a figura materna desempenhava um papel central, estando o pai ausente ou detendo apenas um papel secundário. Essas, em São Francisco do Sul, foram consideradas ilegítimas por Silva (2004), uma vez que a historiadora não conseguiu afirmar com segurança quando se tratava de uma família chefiada pela mãe ou de uma união consensual (união livre). Sobre as famílias escravas representadas por mulheres, Silva menciona que os registros batismais apresentaram, entre 1845 e 1888, os números: mulheres que levaram mais de cinco filhos para batizar foram 43 mães e, pelos documentos, apenas sete eram casadas e tinham a companhia de um homem. O restante era solteira, apesar de não se ter a garantia da ausência de um companheiro (ou avô, tio e padrinho) na vida familiar.

Os dados sobre a ilegitimidade das famílias escravas em São Francisco do Sul podem ser observados no gráfico 1, que apresentou menor índice nos anos compreendidos entre 1845 e 1849 e maior no último período estudado por Silva (2004), de 1872 a 1888.

**Gráfico 1. Índice de ilegitimidade dos batizados de São Francisco do Sul (%)
(1845 a 1888)**



Fonte: SILVA (2004, p. 54).

Os arranjos familiares foram marcados pela ilegitimidade nos documentos batismais, porém, Silva (2004) adverte que apesar dos documentos mostrarem um pequeno índice de legitimidade, isto não significa pensar que não tenham informações sobre as famílias legítimas. Ao pesquisar os registros de batismos, a historiadora aponta que foi possível conhecer detalhes sobre os laços e arranjos da família cativa, diferentemente dos processos inventariais, que sofreram variações nas suas documentações. Os processos inventariais da década de 1850, por exemplo, tinham como número total 487 cativos. Destes, apenas seis foram descritos como casados (todos africanos e em idade avançada), sem ser mencionada qualquer informação a respeito da presença ou não de filhos (SILVA, 2004). A pequena menção da família cativa nos inventários, inicialmente, estaria ligada à falta de preocupação dos avaliadores em anotar detalhes acerca dos escravos e à inexistência de relações legítimas. Outro dado importante que inferiu nas famílias cativas da vila foi a existência da lei de 1869, que assegurava a continuidade dos arranjos na hora da compra e venda, demonstrando que a formação de parentesco podia significar vantagens e direitos ao cativo (SILVA, 2004). Especialmente quando o cativo pertencia a uma “rede familiar unida por laços de consanguinidade, [pois] conseguia-se identificar se esta família permaneceu ligada ou se foi dividida” (SILVA, 2004, p. 68). Isso não significou que esses laços não foram afetados por essas transações, pois ainda dependiam da situação do senhor. Ainda sobre esse ponto, a



historiadora afirma que a partir da leitura dos processos inventariais pôde-se perceber que a composição familiar dos proprietários pareceu refletir na permanência dos laços de parentesco das famílias escravas. Por exemplo,

quanto maior era o número de herdeiros maior também eram as possibilidades de divisão da família, principalmente nas menores escravarias. [...] As uniões legitimadas pela igreja foram respeitadas, os casais e filhos permaneceram juntos, assim como as mães “solteiras” também tiveram mais chances de ficar com seus filhos menores (SILVA, 2004, p. 68).

O período final da análise, década de 1870, foi um momento de maior instabilidade da família cativa em São Francisco do Sul, pois houve, durante esses anos, um número bastante expressivo de decomposições familiares ao fim de uma partilha, demonstrando, entre outros fatores, um descumprimento da lei pelos proprietários em São Francisco do Sul.

Sobre o registro das famílias legítimas nesses processos, o cenário passou a mudar a partir da década de 1870, quando os inventários trouxeram uma atenção maior dos avaliadores no momento de registrar os laços familiares dos cativos, sendo possível, localizar oito uniões legítimas (SILVA, 2004) – destas, três pertenciam muito provavelmente a mesma escravaria, considerando que eram indivíduos de um mesmo proprietário. Ainda sobre as uniões legítimas, Silva (2004) salienta um ponto comum aos períodos de 1850, 1860 e 1870: os indivíduos casados que tiveram sua idade mencionada, estavam em faixas etárias acima dos 40 anos e todos faziam parte de escravarias com mais de sete escravos. Outro ponto importante sobre as uniões legítimas são os filhos por família, tendo uma média de 4,5 crianças por casal (de 28 uniões legitimadas pela igreja).

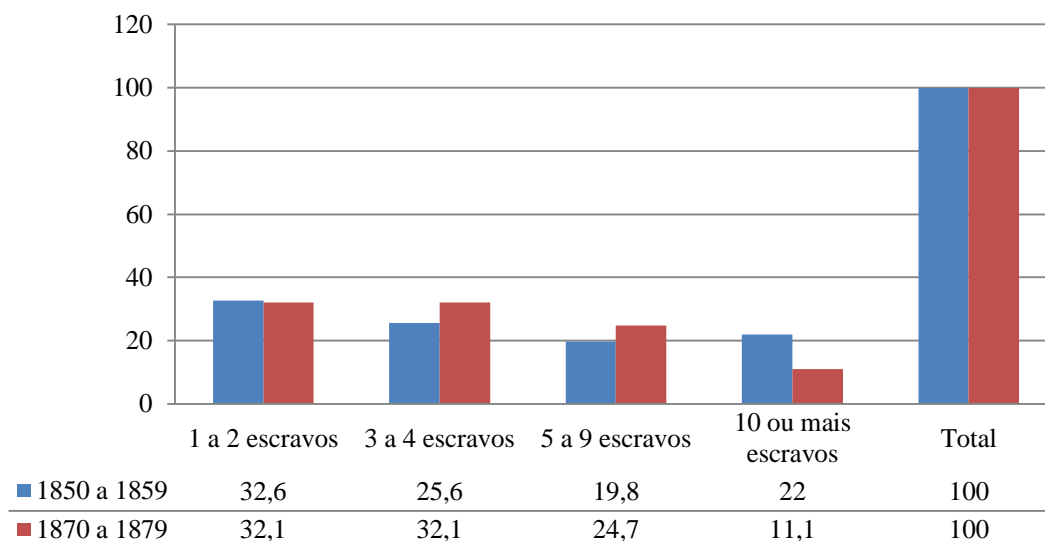
Das crianças legítimas registradas pela igreja, a maioria foi batizada por padrinhos escravos. Sendo assim, os arranjos familiares não se limitavam apenas aos parentes consanguíneos, no caso dos filhos, mas pelo batismo destes, com o qual os escravos tinham a oportunidade de construir relações de parentesco, como o compadrio. Nesse caso, na vila foi possível verificar que o apadrinhamento de crianças legítimas, diferentemente do esperado (mais padrinhos livres, uma vez que sua condição era melhor que a dos batizados naturais), tiveram, na sua maioria, padrinhos escravos (casados entre si). Característica que reforça a ideia de tratar-se de uma comunidade escrava bem estruturada com relações que fortaleciam os arranjos e a comunidade cativa, considerando que as redes de relacionamento, em muitos momentos, eram estratégicas para se garantir os vínculos comunitários.

As formações familiares da Vila de São Francisco do Sul e o alto índice de



ilegitimidade com manifestações das famílias matrifocais (que imperou na localidade) se relacionam ao tamanho dos plantéis da localidade que, por sua vez, se caracterizou pela composição de pequenas propriedades, pois a produção de farinha de mandioca não permitia ou não demandava a disseminação de grandes áreas como o Sudeste. Desse modo, parece ter sido mais comum no município a posse de pequenas escravarias (gráfico 2), tornando a propriedade escrava bastante pulverizada no interior da comunidade.

Gráfico 2. Distribuição dos inventários *post mortem* e faixas de tamanho das escravarias de São Francisco do Sul (%) (1850 a 1879)



Fonte: SILVA (2004, p. 30).

A estrutura de posse de escravos da segunda metade do século XIX, levando-se em conta os dados levantados por Silva (2004), foi composta de escravarias ainda menores se comparadas às da primeira metade do século. Dos 81 inventários levantados pela autora para a década de 1870, apenas nove deles possuíam escravaria superior a 10 cativos. Já nos anos de 1850, de um conjunto de 86 inventários, 19 tinham mais de 10 cativos (SILVA, 2004, p. 117). Destacam-se entre esses “grandes” proprietários, por exemplo, algumas famílias importantes na localidade que agregaram um número superior de escravos (mais de 20) – Capitão Salvador Gomes de Oliveira, João de Souza e de Tomas Antônio de Lemos (que constituíram um só inventário), Coronel Francisco de Oliveira Camacho, entre outros. Porém, cabe ressaltar que esses mesmos senhores eram donos de propriedades em diferentes municípios da Baía Babitonga, sendo suas escravarias bastante dispersas. Tanto entre 1850 e 1859 quanto de



1870 a 1879 foi possível perceber que a maioria das escravarias foi constituída por menos de cinco cativos, considerando que os próprios sistemas familiares também eram pequenos.

Apesar de manter uma quantidade pequena, a posse de escravos era um elemento de visualização de riqueza e poder e, ao assegurar a propriedade, o senhor não viabilizava apenas mão de obra para a produção da sua farinha, mas também *status* e distinção. Desse modo, além do ganho com a produtividade, ter uma propriedade, mesmo que pequena, também gerava ganhos sociais.

Habitações escravas e espaços de convivência

Sobre as habitações de escravos no Brasil, faz-se importante discutir a influência da ideia tradicional da casa-grande como um espaço de encontro das estruturas familiares que moldaram a sociedade no período colonial e em parte do século XIX. Essa visão não foi a realidade de muitas freguesias brasileiras e muitos estudos mostraram que os fogos (unidades domésticas) habitados por famílias extensas e complexas não eram a maioria no Sudeste. Essa discussão é pertinente uma vez que, ao problematizar as habitações escravas, as questões que vêm sendo colocadas pela historiografia estão ligadas às famílias e a seus arranjos nas escravarias. Slenes (2011) pontua a existência de benefícios emocionais e psicológicos que a família teria conferido aos escravos e que essas relações devem ser averiguadas com a vida material e cultural desses indivíduos.

Logo, a relação da família e a habitação suscitam alguns questionamentos: as senzalas eram barracões sem espaços separados para as famílias? Eram pavilhões de grandes dimensões com algumas áreas reservadas às famílias, ou casinhas familiares? Por outro lado, muito dessa investigação encaminha-se de maneira que somente se ajusta em áreas de grandes escravarias. Isto é, faz sentido perguntar se havia grandes barracões ou pavilhões quando se está falando de grandes escravarias, o que não era o caso de São Francisco do Sul. Avaliar a existência de senzalas e seus aspectos construtivos ou mesmo organizacionais no município e no que diz respeito à Baía Babitonga é uma ação bastante complexa, visto que a própria historiografia regional não compreende muitas informações. Considerando a importância dessa discussão sobretudo no tratamento da cultura material escrava, fez-se apenas algumas reflexões a propósito dessas habitações com base em documentos isolados, mas que trouxeram alguns indícios.

Quanto às construções catarinenses, Broos (2002) fez uma averiguação das tipologias



das casas empregadas no litoral de Santa Catarina levando em consideração as principais vilas criadas na região no século XVII (São Francisco do Sul, Laguna e Florianópolis e suas respectivas freguesias), estabelecidas por vicentistas, açorianos e madeirenses. A arquitetura da zona litorânea compreendeu uma unidade homogênea de formas e as primeiras habitações, antes mesmo do surgimento da casa térrea, por exemplo, utilizavam materiais próprios do local e formavam ranchos de pau a pique e telhados cobertos de palha para depois se transformarem em casas cobertas por telhas (BROOS, 2002). Essa uniformidade construtiva também estaria ligada à uniformidade social, pois mesmo os proprietários não vivenciavam um modo muito diferente, especialmente no que diz respeito à construção da sua própria habitação, se aproximando ordinariamente ao tipo comum.

Em São Francisco do Sul, o autor aponta que mesmo com o emprego de materiais mais sólidos como tijolos e rochas, as formas mais primitivas de construção foram mantidas, entretanto, mais afastadas das casas térreas ou ainda dos sobrados. Essa tipologia, construída com pau a pique, pareceu ser recorrente também nas habitações escravas, considerando que as famílias eram congregadas por poucos membros e os recursos dispostos pelos proprietários para a construção de grandes estruturas de pedra não eram, em sua maioria, significativos.

Ao rever os inventários da vila, documentos que fazem alusão aos imóveis dos indivíduos, o termo senzala não foi identificado, por isso acredita-se que materiais mais simples foram usados para as famílias escravas ou se fizeram presentes os anexos às habitações dos senhores para um número pequenode cativos da propriedade. Para auxiliar o debate, uma pequena série de fotografias locais apresenta as tipologias de habitações de famílias negras, no início do século XX (figuras 2, 3, 4 e 5). Para essa análise, contou-se com contribuições vindas da arquitetura (WEIMER, 2012), da história (SLENES, 2011) e da arqueologia (SYMANSKI; ZANETTINI, 2010 e CARVALHO, 2012).

Em sua obra, o arquiteto Weimer (2012) traz as tipologias e os materiais construtivos populares referentes aos diferentes grupos étnicos africanos e, para a análise, selecionou as construções dos bantos e sudaneses, considerando os centros mais importantes de emigração para o Brasil Angola, Guiné e Contra Costa (Moçambique). De maneira geral, a arquitetura desses grupos congregou habitações com paredes de pau a pique com vedação que variava entre palha e taipa de mão, que podia ser colocada apenas de um lado ou de ambos, de barro amassado puro ou misturado. A cobertura possuía vedação feita por folhas de palmeiras ou por algumas cascas de árvores, e o piso era apiloado. Em regiões de muitas chuvas e umidade,



construíam-se plataformas com altura de um ou dois degraus. As aberturas eram de madeira ou bambu, fechadas com engenhosas fechaduras de madeira. No Brasil, afirma Weimer (2012), somente foram encontradas casas de planta quadrada ou retangular.

Figura 2. Habitação negra na Baía Babitonga no século XX



Fonte: Acervo do AHJ (JOINVILLE, s.d.).

Apesar do conhecimento das nações emigradas para São Francisco do Sul, é inviável afirmar que as técnicas construtivas citadas foram elaboradas apenas para os grupos escravos, especialmente porque essas tipologias foram também recorrentes em habitações de trabalhadores livres e, como visto antes, de senhores e lavradores. Porém, a discussão da Weimer (2012) auxilia no entendimento das pouquíssimas imagens que a região dispõe sobre as habitações afrodescendentes do início do século passado. Construídas com materiais locais de forma muito simples, chama a atenção que nenhuma moradia parece ter habitações anexas, talvez por serem moradias familiares que, pelo tamanho, poderiam congregiar um arranjo entre três e quatro indivíduos. Mesmo tratando-se de grupos livres e, portanto, do período novecentista, muito provavelmente as tipologias das habitações mantiveram suas formas,



havendo somente o deslocamento das construções.

Seguindo essa linha de pensamento, Slenes (2011) contribui ao escrever sobre as similaridades entre as habitações de cativos brasileiros e as construções africanas, pontuando elementos como o fluxo contínuo desses indivíduos até 1850 e a presença de valores culturais africanos, mesmo em período posterior à abolição. O historiador ainda apresenta um número significativo de descrições dessas moradias presentes na literatura de viajantes que percorreram fazendas brasileiras ao longo do século XIX com contingentes escravos distintos. Essas construções poderiam ser classificadas como o tipo “pavilhão”, “barracões” ou “cabanas”, estando divididas, de modo muito nítido, entre cativos casados e solteiros. Os pavilhões, em geral, com paredes de terra, sem janelas e cobertos de palha, eram “compridos, com andar térreo apenas, separados em cubículos [...]. Os casados, juntos num cubículo, os solteiros dois ou três em cada peça, os homens separados das mulheres” (BURMEISTER, 1952 *apud* SLENES, 2011, p. 158). As cabanas, ocupadas especialmente pelos casais, “localizavam[-se] juntas, separadas das moradias dos solteiros” (GRAHAM, 1956 *apud* SLENES, 2011, p. 161).

Os olhares que se voltaram para a região da Babitonga registraram também essas características – habitações pequenas do tipo cabana, elaboradas com barro e palha, sem janelas –, evidenciando que esses elementos foram presentes em fazendas francisquenses.

Figura 3. Habitação e família afrodescendente na Baía Babitonga do século XX



Fonte: Acervo do AHJ (JOINVILLE, s.d.).

A figura 3, como as encontradas mais adiante, também apresenta elementos passíveis para discussão acerca do uso do entorno (limpeza dos quintais e manutenção de hortas nos fundos), mas isso é levantado mais à frente. As cabanas e casebres separados foram retratados por Rugendas (1979), Slenes (2011) sublinha que o viajante notou que, nas propriedades menores, onde o cultivo abrangia gêneros como a mandioca, o milho, o feijão ou o algodão, as construções eram formadas apenas por choupanas, e parece assim terem sido as habitações negras em São Francisco do Sul.

Figura 4. Habitação negra na Baía Babitonga do século XX



Fonte: Acervo do AHJ (JOINVILLE, s.d.).

Outros viajantes ainda descrevem fazendas que contemplavam escravarias com 100 ou 70 cativos com moradias do tipo “cabana” ou “choupana” de barro ou pau a pique com cobertura de palha ou telha (figura 4), contrariando a ideia da existência de grandes pavilhões construídos em pedras. A separação entre casados e solteiros ainda confere domínio sobre o espaço da casa, pois o matrimônio seria uma forma de acessar um espaço construído próprio, independente da sua tipologia. De acordo com Slenes (2011, p. 167), essa relação também implicava para esses indivíduos “mais espaço construído; mas, sobretudo, significava apoderar-se do controle desse espaço, junto com o cônjuge, para a implementação de seus próprios projetos”.

A autonomia a respeito do espaço construído relaciona-se com elementos culturais herdados. Slenes (2011) comenta que as habitações escravas e os padrões construtivos africanos podem refletir limites temporais, materiais e formatos impostos por proprietários, não as vontades dos cativos. Porém, essa imposição “teria coincido com as preferências iniciais dos escravos, ou pelo menos com as preferências iniciais dos cativos africanos. [...] Da mesma forma, eles e seus companheiros crioulos provavelmente imprimiram suas marcas nas senzalas, naquilo que não estava sujeito a limites ou padrões alheios”. O modo de dispor os cômodos das habitações brasileiras, bem como as matérias-primas empregadas, não foi totalmente desconhecido dos cativos, considerando-se as semelhanças entre algumas



imposições dos senhores e as heranças africanas, além da possibilidade de alguns poderem decidir sobre aspectos de suas moradias (SLENES, 2011). Outro dado importante constitui o uso dos espaços internos e externos das habitações, que, de acordo com o historiador, não teriam mudado na passagem do continente africano para o Brasil. O habitar contemplaria não somente a estrutura ou o espaço em que esses indivíduos dormiam ou realizavam outras práticas, mas todo o entorno, e era nesse ambiente externo que as atividades familiares se realizavam.

Figura 5. Habitação afrodescendente no interior da ilha de São Francisco do Sul no século XX



Fonte: Acervo do IHGSC (SANTA CATARINA, s.d.).

O uso do entorno e os seus elementos são pontuados por Symanski e Zanettini (2010), que analisaram uma comunidade afro-brasileira que ocupou, durante o século XVIII, o Vale do Guaporé, em Mato Grosso e Rondônia. Esses grupos teriam um tratamento e um cuidado com os quintais das casas similares aos das populações tradicionais da África Subsaariana, dos Estados Unidos e do Caribe dos séculos XVIII e XIX. De acordo com os arqueólogos, os quintais se apresentam como espaços de diferentes funções, contemplando as atividades domésticas, de cultivo de hortas e árvores frutíferas, e de criação de animais. “Esses espaços são ainda utilizados para recreação e sociabilidade, com pessoas vivendo fora e em volta de suas casas tanto quanto dentro das mesmas (SYMANSKI; ZANETTINI, 2010, p. 112). Nesse



sentido, dois novos elementos são importantes nesta análise: o emprego de plantas em volta das moradias, como o sisal, popularmente conhecido por piteira, e a manutenção do quintal limpo com as varreduras, sendo embelezados com flores e plantas ornamentais, que estão carregadas de conteúdo espiritual e social, ação similar à da África Central entre os bakongo (SYMANSKI; ZANETTINI, 2010). Ao varrer os quintais, os grupos estariam limpando os espíritos indesejáveis, purificando os espaços. Essa prática foi identificada também por Carvalho (2012).

Outro aspecto discutido pelos autores foi a presença de refugo (lixeira), verificado em uma comunidade do Alto Guaporé e encontrado no Oeste da África, em países como Sierra Leone, além de sítios norte-americanos e caribenhos. A argila retirada do local estaria ligada à construção de casas de pau a pique, deixando os buracos para a deposição do lixo, prática apontada também na Chapada dos Guimarães (SYMANSKI; SOUZA, 2007), mostrando as atividades de descarte de refugo de africanos na diáspora em sítios ocupados até a contemporaneidade, como foi o caso do Alto Guaporé. As construções afro-brasileiras dessa região, identificadas pelos arqueólogos, apresentam similaridades construtivas das habitações da Baía Babitonga, apresentadas aqui (figuras 2, 3, 4 e 5).

O uso de plantas nos quintais de habitações africanas e afrodescendentes foi discutido sobretudo por Carvalho (2012), que estudou a comunidade quilombola Boqueirão, em Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso. Paralelamente, a arqueóloga também analisou cinco terreiros de cultos afro-brasileiros em São Paulo e Cuiabá, concluindo que algumas árvores e plantas desses espaços têm significado simbólico correspondente ao modo de pensamento das comunidades averiguadas (o quilombo e os terreiros). As plantas associadas, mais uma vez, à proteção de energias negativas, tal qual a espada-de-são-jorge, comigo-ninguém-pode, dracena ou peregum, eram colocadas em pontos estratégicos, como em vasos na parte frontal das habitações ou nos quintais, nos fundos ou na frente das construções. Além das plantas, fez-se presente ainda árvores como mangueiras, além da manutenção de pequenas hortas. A arqueóloga, em campo, observou que em rituais e cortejos havia a utilização dessas plantas, de troncos e de folhas de palmeiras nas construções das habitações e ainda a prática de varrer as áreas em situações como por exemplo, enterros, acreditando assim que estariam dispensando maus elementos (CARVALHO, 2012).

As referências escritas a respeito desses elementos na região da Baía Babitonga remetem ao estudo de Cunha (2008), que apontou pequenos trechos mostrando as condições



das habitações negras. Uma parte dessas famílias instalou-se no centro da cidade de Joinville e, segundo o jornalista alemão Gernhard, que observou famílias negras e luso-brasileiras que moravam próximas ao porto e nas ruas adjacentes, entre as habitações lusas e alemãs e em casas comerciais, “vê-se aqui e acolá, sobretudo nas casas mais velhas, famílias negras felizes da vida” (GERNHARD, 1901 *apud* CUNHA, 2008, p. 118). No mesmo trabalho, Cunha (2008, p. 111) cita um relato do emigrante Christian Herrmann, ainda em 1851:

Os moradores são em parte negros, em parte pardos e usam geralmente, ao menos as criadas, vestes brancas. Eu entrei em uma casa habitada por negros para ver como se parecia; estava tudo limpo, porém simples; uma velha cozinhava o almoço e fumava seu pequeno cachimbo...

A simplicidade das casas negras, construídas com materiais perenes, dificulta o registro dos estudos recentes, e as documentações elaboradas em períodos anteriores quanto a esse assunto não são expressivas. Vale ressaltar que as fontes citadas por Cunha (2008) em grande parte foram escritas em língua estrangeira, especialmente em alemão, outro ponto que dificulta a pesquisa. As imagens suscitam também aspectos relacionados ao entorno, ou seja, as habitações são acompanhadas de quintais limpos com algumas árvores ou ainda hortas (figura 3, 4 e 5). Por outro lado, ao rever as pesquisas que abordam questões com base em contextos escravistas e períodos posteriores, sugere-se que tais práticas, representadas nas imagens do início do século XX em São Francisco do Sul, permaneceram, evidenciando a similaridade com outros lugares brasileiros e também com espaços africanos.

Considerações

As discussões referentes às funções realizadas pela população escrava de São Francisco do Sul não apenas apontaram para os espaços de trabalho como também aos tipos de habitação destinados a ela. Tratando-se de antigas fazendas agrícolas, está-se, portanto, trabalhando com contextos rurais, distantes do núcleo urbano da vila, onde os espaços poderiam, talvez, ser partilhados por escravos e senhores. No ambiente rural, esses grupos também poderiam dividir as mesmas habitações (caso das escravarias pequenas), mas de acordo com a literatura a maioria dos escravos vivia em habitações separadas da casa do proprietário (especialmente quando havia famílias), mantendo proximidade dependendo da extensão da propriedade.



As habitações também poderiam ser coletivas, individuais ou familiares. Ou seja, essas construções estavam bastante relacionadas ao tipo de arranjo familiar dos escravos. Com variação entre três e quatro membros, dificilmente tais famílias moravam em barracões ou em grandes pavilhões com áreas reservadas para elas. Embora a comunidade atual de São Francisco do Sul tenha apontado, por meio dos depoimentos orais, para diversas estruturas elaboradas com rochas como senzalas, acredita-se que as famílias cativas ocuparam pequenas casas com plantas simplificadas, de forma retangular, com um ou dois cômodos, como sugere a literatura sobre as senzalas em contextos rurais. Nesses cenários, parecem ter prevalecido construções elaboradas com paredes de pau a pique e cobertura de palha, como as choupanas ou cabanas, que abrigavam de dois a cinco escravos, residências mais simples e pouco resistentes ao tempo, como sugerem os diferentes autores expostos (historiadores, arqueólogos e arquitetos) e as imagens referentes à região.

Para a análise da cultura material referente à escravidão numa cidade que incorporou esse sistema por três séculos, houve a necessidade de entender o contexto com que se estava lidando. Ao longo do caminho, à medida que se reuniam as fontes e as informações dispersas em municípios diferentes com diversas temporalidades e muitas lacunas, foi necessário entender como se deu a ocupação desse lugar, seus aspectos históricos e sociais, buscando nesse meio um elemento importante: o escravo. Com os dados históricos e uma linha de investigação, a pesquisa buscou identificar espaços que guardassem estruturas e artefatos que estariam ligados aos negros do passado que por ali transitaram. Ao estudar os espaços e a materialidade, bem como os indícios contidos nas fontes históricas, pôde-se compreender alguns aspectos do cotidiano desses indivíduos e as permanências no presente.

Referências Bibliográficas

BARICKMAN, Bert Jason. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. **Afro-Ásia**, v. 29/30, p. 79-132, 2003.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Recenseamento geral do império de 1872, Santa Catharina**. 1872. Disponível em: <<http://archive.org/details/recenseamento1872sc>>. Acesso em: 20/08/2012.

BROOS, Hans. **Construções antigas em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Do Autor, 1968.



CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis.**São Paulo: Nacional, 1960.

CARVALHO, Vanessa Marinho de. **A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT.** Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CUNHA, Dilney. Negros, trabalho e sociedade em Joinville. In:_____. **História do trabalho em Joinville: gênese.** Santa Catarina: Toda letra, 2008.

CUNHA, Rogério Pereira. **Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do estado do Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850).** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil meridional: uma viagem no tempo. Povoamento, demografia, cultura, Açores e litoral catarinense.** Florianópolis: Edição do Autor, 1998.

FRAGOSO, João Luis. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campos, 1990.

LEANDRO, José Augusto. Aroda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL NAS ROTAS DO IMPÉRIO: EIXOS MERCANTIS, TRÁFICO DE ESCRAVOS, RELAÇÕES SOCIAIS NO MUNDO PORTUGUÊS. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, jun. 2006. p. 1-24.

MATTOS, Hebe Maria. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

NASCIMENTO, Antônio Roberto. Escravosfranciscenses. **A Notícia,** Joinville, 7 set.1979. p. 13.

PENNA, Clemente Gentil. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888).** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PIAZZA, Walter Fernando. **A escravidão negra numa província periférica.**Florianópolis: Garapuvu, 1999.

_____. **O escravo numa economia minifundiária.**Florianópolis: Editora da Udesc, 1975.



RUGENDAS, João Maurício. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

SÃO FRANCISCO DO SUL. Museu Histórico de São Francisco do Sul. **Fundo de emancipação de escravos**. São Francisco do Sul, 1873-1886.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.

SILVA, Denize Aparecida da. **Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville: 1845-1888**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; ZANETTINI, Paulo. Encontros culturais e etnogênese: o caso das comunidades afro-brasileiras do Vale do Guaporé. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica Vestígios**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 89-123, 2010.

THIAGO, Arnaldo S. **São Francisco do Sul: breve notícia histórico-descritiva do município**. [S.l.: s.n.], 1938.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

Recebido em 30 de Setembro de 2013.

Aprovado em 07 de Dezembro de 2013.